



ARTIGOS
TÉCNICOS

UM PERFIL DO SETOR LEITEIRO NO BRASIL⁽¹⁾

Eloisa Elena Bortoleto⁽²⁾

Valeria da Silva Peetz Wedekin⁽³⁾

1 - ASPECTOS DA PRODUÇÃO

O Brasil, apesar de possuir o segundo maior rebanho bovino do mundo, sendo superado apenas pela União Soviética, caracteriza-se por apresentar baixos níveis de produtividade na atividade leiteira. Segundo o censo de 1980, do IBGE, a produtividade média nacional situava-se em torno de 939 litros de leite/vaca/ano, naquele ano, enquanto a média mundial estava ao redor de 1.926 litros⁽⁴⁾. Esse quadro permanece até os dias de hoje, com evidências, inclusive, de maior deterioração.

A manutenção dos baixos níveis de produtividade do setor leiteiro é consequência da conjugação de vários fatores:

a) Acentuada atomização da produção. Praticamente metade da produção nacional, em 1980, era proveniente de propriedades com áreas inferiores a 100ha, a exemplo de São Paulo, onde em propriedades até 200ha concentravam-se 86% dos produtores responsáveis pela maior parte do leite do Estado (59%), com produção diária inferior a 100 litros⁽⁵⁾.

b) Baixa especialização do rebanho. A produção de leite no Brasil constitui-se em grande parte numa atividade secundária da pecuária extensiva de corte. De acordo com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1980, apenas 20% do rebanho nacional eram de finalidade leiteira e, na Região Sudeste, tradicional produtora de leite, aproximadamente 58% do rebanho eram de corte. Em São Paulo, segundo maior produtor, em 1978, 30% do gado eram de leite, sendo bastante significativo o número de animais mestiços sem raça definida (mais de 40% do rebanho leiteiro), enquanto os de raça holandesa puro de origem (PO) ou por cruza (PC) correspondiam a somente 8% da população bovina leiteira⁽⁶⁾. Portanto, com uma composição de rebanho constituída basicamente de animais mestiços, possuindo a dupla alternativa de servir para leite e corte, a oferta de leite está, em grande parte, vinculada ao comportamento do preço do boi para abate⁽⁷⁾.

⁽¹⁾ Recebido em 03/05/88. Liberado para publicação em 27/05/88.

⁽²⁾ Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

⁽³⁾ Engenheiro Agrônomo do Instituto de Economia Agrícola.

⁽⁴⁾ FAO: Boletim mensal de Estatísticas, Roma, v.4, n.2, 1981.

⁽⁵⁾ Mello, Nilda T.C. de. A pecuária leiteira no Estado de São Paulo. São Paulo, FEA/USP, 1981. 145 p. (Tese - Mestrado)

⁽⁶⁾ Pino, Francisco A. & Vicente, José R. Composição do rebanho bovino leiteiro, Estado de São Paulo. Informações Econômicas, v.10, n.8, 1980, p.37-45.

⁽⁷⁾ Moricochi, Luiz et alii. Situação da pecuária leiteira em São Paulo. Agricultura em São Paulo, v. 20, n.1/2, 1973, p.1-42.

c) Política governamental. As dificuldades anteriormente citadas poderiam ser amenizadas se houvesse, no Brasil, a implementação de uma política de médio e longo prazo para o setor, ao invés de medidas de caráter fundamentalmente imediatistas, como verificado desde o período pós-guerra. Principalmente nos anos 80, o fraco desempenho da atividade é mais consequência da constante intervenção governamental do que da associação com o ciclo da pecuária de corte. Iniciado em 1945, pelo Governo (por reivindicação dos próprios produtores frente ao grande poder de barganha das usinas), como passar do tempo, o controle do preço do leite foi adquirindo um caráter cada vez mais político, principalmente nas fases recessivas da economia. A contenção dos índices inflacionários e o abastecimento das classes de baixa renda levou o Governo a manter tabelado os preços do leite C, o mesmo não ocorrendo com os tipos A, B e derivados lácteos. O dualismo tecnológico existente na atividade decorre dessa política diferenciada de preços adotada segundo a tipificação do leite ⁽⁸⁾.

Os programas oficiais de importação de leite em pó e derivados, previstos para períodos de crise de abastecimento, deixaram de ser eventuais para tornarem-se permanentes. Essa orientação, dada a vantagem comparativa dos preços externos, colaborou para o enfraquecimento do setor produtivo interno de leite, quando se sabe do imenso potencial de que o País dispõe.

A existência de uma estrutura de produção atomizada e de um rebanho não especializado, aliada às diretrizes traçadas pelo Governo, levou a uma segmentação da produção de leite, principalmente, no Estado de São Paulo, onde se tem:

- a) grande parcela de pequenos produtores com preços administrados, rebanhos sem especialização, mão-de-obra familiar e baixa rentabilidade;
- b) pecuaristas de corte que produzem leite como subproduto da carne;
- c) uma pequena parcela de produtores de leite B, com maior facilidade para incorporação de novas tecnologias devido, principalmente, aos preços não tabelados. Esse tipo de leite, embora tenha ainda pequena participação na produção, passou a ampliar sua parcela do mercado, particularmente nos grandes centros consumidores de maior poder aquisitivo.

2 - O SEGMENTO DE TRANSFORMAÇÃO

Esse segmento, por sua característica oligopolística, possui maior poder de barganha, ocupando uma situação privilegiada de maior controle de seus preços, reforçando as distorções do setor leiteiro. O produtor de leite C, ao fazer sua entrega à indústria, recebe menos por um produto de mesma qualidade daquele destinado ao consumo in natura. Posteriormente, ao nível de consumo, os preços dos derivados não são pressionados por rígidos tabelamentos.

Nesse sentido, face às melhores margens de comercialização, tanto as indústrias como as cooperativas têm apresentado maior interesse em ampliar as atividades na linha de

⁽⁸⁾ Wedekin, Ivan & Pinazza, Luiz A. A problemática do leite no Brasil. Anuário dos Criadores, n.21, 1988, p.13-18.

derivados, onde convivem, em acirrada concorrência, firmas estrangeiras e nacionais. En quanto cresce o emprego de leite C pelas indústrias, a população carece do produto no va rejo, ou quando o recebe esse é de baixa qualidade.

3 - MERCADO CONSUMIDOR

Alimento de fundamental importância na dieta do ser humano, por sua riqueza em vitaminas, proteínas e sais minerais, o leite deveria receber atenção especial por parte das autoridades governamentais. No entanto, os dados disponíveis, embora precários, indí cam que o consumo per capita nacional encontra-se em torno de 92 litros/pessoa/ano, en quanto o nível preconizado pela FAO é de 215 litros/pessoa/ano.

Pode-se inferir que o baixo consumo de leite no Brasil é consequência de dois fa tores: insuficiência de oferta, com todos os problemas inerentes ao setor produtivo, e baixo poder aquisitivo de grande parcela da população.

Em termos de mercado de leite e derivados, percebem-se três tipos de consumido res, em função de suas respectivas capacidades aquisitivas. Um pequeno grupo com maior po der de compra, preferindo produtos de melhor padrão de qualidade; uma categoria média, que pelo seu número é a principal consumidora de derivados lácteos e, por fim, a popula ção carente, que é a maioria, cujo acesso ao leite é eventual ou através da execução go vernamental de programas assistenciais (9).

4 - SITUAÇÃO ATUAL

Em 1987, a política do Governo foi no sentido de recuperar os preços do leite C, após um longo período de queda, que teve início em meados de 1981 (figura 1). De janeiro a dezembro do referido ano, os reajustes de preços concedidos aos produtores somaram 493% contra os 416% na evolução do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP - DI) para o mesmo período (10).

Essa retomada de preços, embora esteja longe de alcançar os níveis médios obser vados entre os anos 1975 e 1981, propiciou uma resposta imediata da produção, haja vista que a quantidade de leite recebido pela indústria, em 1987, apresentou um incremento mé dio de 13,3% em relação ao ano anterior (quadro 1):

(9) Wedekin, Ivan & Pinazza, Luiz A., op. cit. nota 8.

(10) A pecuária de leite. Agroanalysis, v.2, n.11, 1987, p.214.

CzS/ℓ

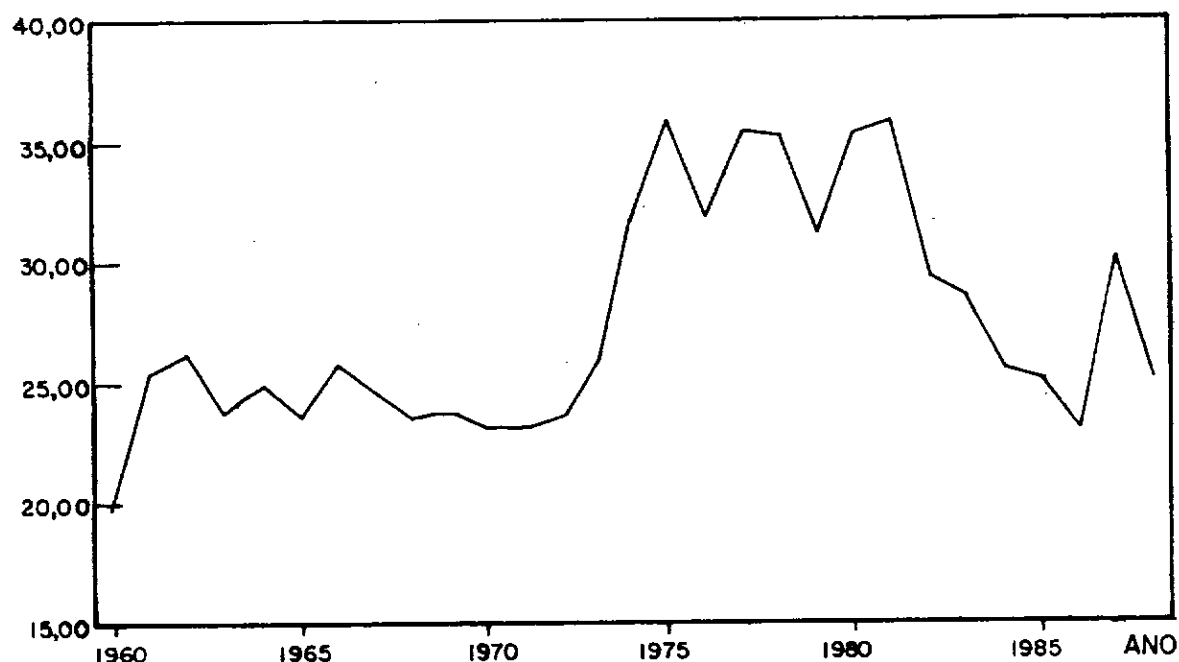


FIGURA 1. - Preços Médios Reais⁽¹⁾ de Leite Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1960-88⁽²⁾

(1) Corrigido pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, base abril de 1988.

(2) Para 1988, foi utilizada a média de janeiro a abril.

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 1. - Leite Recebido pela Indústria, Brasil, 1986-87

Mês	Volume (1.000ℓ)		Variação %
	1986	1987	
Janeiro	908.199	898.896	-1,0
Fevereiro	785.914	774.190	-1,5
Março	798.764	800.184	0,1
Abril	709.340	764.404	7,8
Maio	661.002	761.516	15,2
Junho	608.720	709.176	16,5
Julho	607.234	744.706	22,6
Agosto	621.019	745.700	20,1
Setembro	663.897	724.682	9,2
Outubro	714.175	872.937	22,2
Novembro	749.655	1.005.320	34,1
Dezembro	870.217	1.058.195	21,6
Total	8.698.136	9.859.906	13,3

Fonte: Elaborado a partir dos dados básicos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Pelo lado do consumidor, a recuperação dos preços, por ocorrer em uma época de acentuada queda do poder aquisitivo, tem causado a falsa impressão de que o produto está caro ⁽¹⁾. Entretanto, uma análise da evolução do poder de compra do salário-mínimo, em relação aos preços de comercialização do leite C, no varejo, nos últimos 15 anos, mostra que nos anos de 1975, 1980 e 1981 (nos quais se observam os maiores preços reais de leite C) tal poder de compra era de 203, 228 e 225 litros, respectivamente, contra 163 litros em 1987, ano em que o salário-mínimo é o mais baixo da série em questão (quadro 2).

Desde janeiro de 1988, o Governo tem reajustado mensalmente o preço do leite C. Embora em níveis pouco inferiores, em termos reais, à média de 1987, o aumento de 19 de abril, elevando o preço ao produtor para Cz\$26,53/litro, cobre o custo operacional. Atualmente é utilizado, para efeito de cálculo desses preços, o custo de produção elaborado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que engloba capital investido e imobilizado; em abril, esse custo foi de Cz\$28,00/litro.

Apesar do atual quadro econômico, a manutenção da política de preços para o leite é fundamental. Além disso, outras medidas de curto e longo prazos poderiam ser cogitadas, como compra ou financiamento de excedentes da safra, controle de preços dos insumos, incrementos de programas sociais, desenvolvimento de programas de pesquisa, de assistência técnica e creditícia e, principalmente, a retomada do poder de compra dos salários. Evidentemente, a implementação desses programas deveria levar em conta uma análise mais aprofundada, considerando os custos e benefícios sociais dos mesmos.

QUADRO 2. - Poder de Compra do Salário Mínimo⁽¹⁾, em Termos do Leite C, 1973-87

Ano	Salário Mínimo (SM) (Cz\$/mês) ⁽²⁾	Preço do leite C no varejo da cidade de São Paulo (Cz\$/ℓ)	Equivalente do SM em leite Tipo C
1973	13.085,36	39,57	331
1974	12.156,72	46,47	262
1975	10.619,86	52,34	203
1976	12.992,75	43,34	300
1977	13.253,73	46,27	286
1978	13.487,90	45,19	298
1979	13.318,79	42,58	313
1980	12.484,66	54,76	228
1981	12.064,23	53,50	225
1982	12.271,56	42,22	290
1983	10.341,04	42,04	246
1984	8.853,91	37,59	235
1985	9.180,25	37,68	244
1986	9.059,05	30,35	298
1987	7.200,83 ⁽³⁾	44,04	163
1988 ⁽⁴⁾	7.448,40	37,20	200

(1) Não inclui o 13º salário.

(2) Corrigido pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, para abril de 1988.

(3) A partir de setembro utilizado o Piso Nacional de Salários (PNS) para o cálculo.

(4) Média de janeiro a abril.

Fonte: Elaborado a partir de dados básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e da revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas (FVG).

(11) Dias, Patrícia M. O preço do leite em 1987. Informativo ABIDEL, n.25, 1987, p.8-9.